



Comissão conclui esta semana relatórios do Orçamento 2019

Hoje e amanhã devem ser votadas as previsões setoriais para as áreas de Transporte e de Defesa e Justiça, finalizando os 16 documentos que compõem a lei orçamentária do ano que vem

A Comissão Mista de Orçamento deve votar até amanhã os dois últimos relatórios setoriais da Lei Orçamentária Anual para 2019. Falta analisar as previsões das áreas de Transporte, que será entregue pelo senador Wilder Moraes, e a de Defesa e Justiça, que já foi apresentada pelo senador Wellington Fagundes.

Os 16 relatórios setoriais detalham a previsão orçamentária dos três Poderes e de diversos órgãos públicos de forma individual.

Para garantir a votação dos dois relatórios, a co-

missão fará reuniões sucessivas a partir das 14h30 de hoje.

Somente após a aprovação de todo o material é que o relator-geral do Orçamento, Waldemir Moka, pode apresentar o parecer final sobre a lei orçamentária, que deverá ser aprovado pela comissão e depois pelo Plenário do Congresso

Na semana que vem, está prevista a votação do relatório sobre obras com indícios de irregularidades que não poderão receber dinheiro do Orçamento até que os problemas sejam solucionados. **3**



O relator, Waldemir Moka (D), precisa dos relatórios aprovados para apresentar o parecer sobre a lei orçamentária

Jefferson Rudy/Agência Senado

TJMA



Lei acaba com obrigatoriedade de reconhecimento de firma por cartório

especial
cidadania

Nova lei reduz burocracia para a apresentação de documentos

Desde o fim de novembro, é proibido cobrar autenticação de documentos e reconhecimento de firma para a

solução de pendências com o serviço público. A nova lei de desburocratização surgiu de um projeto do Senado. **4**

Líderes se reúnem hoje para definir pauta do Plenário

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, e os líderes partidários se reúnem hoje para determinar a ordem dos projetos que devem ser votados pelo Plenário. Entre as propostas em pauta, estão cessão onerosa e limites para despesa com pessoal. **3**

Conselho vai analisar sistema de radiodifusão

O Conselho de Comunicação Social do Congresso vai mapear, a partir de 2019, o sistema público de radiodifusão do país. A análise focará o financiamento, a estrutura, a produção de conteúdos, a audiência e a relevância do sistema para setores e regiões. A Empresa Brasil Comunicação (EBC) será avaliada com maior profundidade. **2**



Ideia de mapear sistema é do presidente do conselho, Murillo Aragão (à mesa)

Gerardo Magela/Agência Senado

Proposta de novo Código Comercial está pronta para ser votada em comissão

A comissão para a reforma do Código Comercial deve votar hoje relatório de Pedro Chaves sobre o projeto. Ele é

favorável, com mudanças, à proposta, que foi elaborada por juristas e apresentada por Renan Calheiros em 2013. **3**

Audiência alerta para fiscalização de barragens **2**

Transnordestina será tema de debate hoje **3**

O Brasil em construção

Exposição comemorativa dos 30 anos da Constituição Cidadã

de 22 de outubro a 16 de dezembro
Salão Negro do Congresso Nacional
Mais informações: cn.leg.br/visite



Barragens são ameaça sem fiscalização, aponta debate

Em audiência da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo em Teresina, debatedores advertiram que, sem fiscalização, novos acidentes como o desastre de Mariana (MG) podem ocorrer

DEBATEDORES DE UMA audiência pública da Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR) sobre a segurança de barragens e o papel dos órgãos de fiscalização alertaram, ontem em Teresina, para o risco de novos acidentes no país como o desastre ambiental de Mariana (MG), em 2015.

Naquele ano, o rompimento de uma barragem da mineradora Samarco, sócia da Vale, matou 19 pessoas, soterrou o distrito de Bento Rodrigues, poluiu o Rio Doce com metais pesados e levou um rastro de destruição até o litoral do Espírito Santo.

O senador Elmano Férrer (Pode-PI), que fez o requerimento da audiência, destacou que pouco mais da metade das quase 23 mil barragens no país tem algum tipo de autorização para construção. Além disso, mais de 80% de todas as barragens, várias construídas há 90 ou 100 anos, não foram classificadas quanto à categoria de risco.



Elmano (2º à dir.) coordena o debate sobre segurança de barragens

Durante a audiência, o senador manifestou preocupação com a falta de uma política nacional para manutenção das barragens.

— Em 100 anos não teve nenhum programa ou ação governamental para manutenção de todas as barragens civis — ressaltou.

O representante da Federação das Indústrias do Piauí (Fiepi), Freitas Neto, que foi

senador e governador, lembrou que várias comunidades nordestinas estão preocupadas com a possibilidade de algum desastre causado pelo rompimento de barragens.

— Nós sabemos que o Nordeste tem muita barragem em situação crítica que vem preocupando as populações, as autoridades estaduais e as municipais — afirmou Freitas Neto.

José Medeiros volta a criticar “demonização” do agronegócio

José Medeiros (Pode-MT) voltou a criticar ontem em Plenário a demonização de quem atua no agronegócio. Para o senador, essa imagem negativa do setor aqui e no exterior foi construída por pessoas que desconhecem o assunto ou por quem trabalha em órgãos governamentais, a exemplo do Ibama e da Funai.

— O que se quer é que o Ibama passe a ser uma agência pelo Brasil, e não contra o Brasil, que possa ser uma agência certificadora. A produtora Ana Amélia [senadora, PP-RS] tem uma fazenda que é sustentável. Então, vamos dar um selo para a Ana Amélia, selo do Ibama.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Humberto: saída de cubanos inviabiliza Mais Médicos

A saída dos médicos cubanos pode inviabilizar o Mais Médicos, afirmou Humberto Costa (PT-PE). Para o senador, programa atende quem mais precisa de serviços públicos de saúde.

— Um estudo da Fundação Getúlio Vargas em 2018 destacou o aspecto positivo do Mais Médicos sob a ótica fiscal. A ampliação do número de médicos no atendimento básico de saúde evitou 521 mil internações em 2015, gerando uma economia em internações hospitalares equivalente a cerca de 33% dos R\$ 2,6 bilhões dedicados ao programa naquele ano.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Agripino defende maior plataforma continental para o país

José Agripino (DEM-RN) comemorou decisão da Subcomissão de Limites da ONU de aceitar, para futura análise, proposta brasileira de ampliação da plataforma continental.

Se for aprovada, a proposta do Brasil permitirá que o país amplie sua zona econômica exclusiva em 965 mil quilômetros quadrados, o que significa, segundo o senador, aumento de algumas atividades nessa região, como a exploração de minérios, de petróleo e da pesca.

O senador pediu que o Brasil respeite as resoluções da ONU que desautorizam a instalação de embaixadas em Jerusalém.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Conselho mapeará sistema público de comunicação

A partir de sugestão da conselheira Maria José Braga, da Federação Nacional dos Jornalistas, o Conselho de Comunicação Social (CCS) do Congresso decidiu mapear o sistema público de radiodifusão do país.

A primeira reunião com esse objetivo deve acontecer em 11 de fevereiro, quando o CCS retoma seus trabalhos, na sede da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), em Brasília.

A proposta partiu do presidente do conselho, Murillo de Aragão, após Maria José e o conselheiro Davi Emerich defenderem uma posição do CCS sobre a extinção da EBC ou da TV Brasil. A extinção é defendida pelo presidente eleito, Jair Bolsonaro, e sua equipe.

Segundo explicou Murillo de Aragão, um dos

principais focos da análise será o financiamento e a estrutura, a produção de conteúdos, a audiência e a relevância do sistema público para setores e regiões do país. Serão analisados com mais profundidade a EBC e a Fundação Padre Anchieta (no estado de São Paulo).

— É preciso que a sociedade seja mais bem esclarecida sobre a verdadeira nuvem em que se tornou o debate sobre a radiodifusão pública no Brasil. Eu sei que o sistema EBC, por exemplo, atinge 70 milhões de brasileiros. Muita gente não sabe disso, prevalece uma visão de que o sistema seria irrelevante, o que não é verdade. Vamos fazer uma investigação e subsidiar a sociedade de maneira pertinente.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



- CI Ferrovias Transnordestina**
9h Audiência debate possibilidade de retomada das obras da Ferrovia Transnordestina.
- CAE Spreads bancários**
10h Análise de relatório sobre spreads bancários. Depois os senadores podem votar proposta que modifica regras para publicação resumida de atos das sociedades anônimas está na pauta.
- CCI Combate à corrupção**
10h Audiência para celebrar o Dia Internacional de Combate à Corrupção.
- CRA Plantas ornamentais**
11h Pode ser votado texto que muda regras para registro de plantas ornamentais.

- CE Desenvolvimento da educação**
11h30 Texto que veda contingenciamento de recursos do FNDE está na pauta.
- CMA Consumo de água**
11h30 Projeto sobre alerta para consumo de água pode ser votado.
- PLENÁRIO Sessão deliberativa**
14h Cessão onerosa está na pauta.
- CAE Segurança pública**
14h30 Audiência sobre os reflexos econômicos da crise da segurança pública.
- CMO Orçamento**
14h30/15h/16h/18h Reuniões.
- CÓDIGO COMERCIAL Reforma**
14h30 Análise do relatório.
- MP 850/2018 Agência para museus**
14h30 Análise do relatório.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>
 • **Alô Senado:** 0800 612211
Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/cidadania
 • Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
 • TV: senado.leg.br/TV

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvío Burl
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Mayra Cunha, Pedro Pincer e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Comissão de Orçamento vota nesta semana últimos relatórios setoriais

Documentos das áreas de Defesa e Justiça e de Transporte devem ser votados hoje e amanhã. Outros 14 relatórios já foram votados

A COMISSÃO MISTA de Orçamento (CMO) se reúne hoje para analisar os dois últimos relatórios setoriais do projeto da Lei Orçamentária de 2019 (PLN 27/2018) enviado pelo Executivo.

Os parlamentares ainda precisam votar os relatórios de Transporte, a ser entregue pelo senador Wilder Moraes (DEM-GO), e de Defesa e Justiça, já apresentado pelo senador Wellington Fagundes (PR-MT). Os relatórios setoriais tratam dos três Poderes e de diversos órgãos públicos de forma individual.

O trabalho é complementar ao do relator-geral, senador Waldemir Moka (MDB-MS), na discussão das despesas públicas. O projeto do novo Orçamento da União para 2019 está dividido em 16 relatórios setoriais.

Na semana passada a comissão aprovou 14 relatórios setoriais. Somente após a

votação dos dois últimos é que Moka poderá apresentar o parecer final ao projeto orçamentário.

Para garantir a votação dos dois relatórios, o presidente da CMO, deputado Mário Negromonte Jr. (PP-BA), marcou reuniões sucessivas entre hoje, a partir das 14h30, e amanhã.

A comissão mista também poderá votar na próxima semana o relatório do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades (COI), ainda não apresentado. O documento relaciona as obras federais flagradas com irregularidades graves pelas auditorias do Tribunal de Contas da União (TCU).

São empreendimentos públicos onde foram encontrados problemas como superfaturamento, sobrepreço ou projetos deficientes. Pelas regras da CMO, o relatório do comitê é votado antes do parecer final da proposta orçamentária.

Irregularidades

No relatório, o COI deverá indicar as obras que não



Documentos setoriais complementam trabalho do relator-geral, Moka (D)

poderão ser executadas com recursos do Orçamento de 2019 enquanto não forem solucionadas as irregularidades apontadas pelo TCU. O comitê é coordenado pelo deputado Covatti Filho (PP-RS).

Na quinta-feira, às 10h, a comissão fará uma audiência pública com o ministro da Saúde, Gilberto Occhi. Ele prestará contas sobre

indicadores de saúde e o desempenho orçamentário do Sistema Único de Saúde (SUS) nos dois primeiros quadrimestres do ano.

O comparecimento do ministro é uma exigência da Lei Complementar 141/2012, que trata dos recursos mínimos que o setor público brasileiro deve aplicar em saúde.

Com Agência Câmara

Reguffe critica manutenção do indulto de Natal pelo STF

O senador Reguffe (sem partido-DF) criticou ontem o posicionamento favorável do Supremo Tribunal Federal (STF) ao indulto de Natal do presidente Michel Temer, que beneficia condenados pela Operação Lava Jato.

Na opinião do senador, a decisão depõe contra os membros da Corte e estimula a corrupção.

— A ratificação desse indulto do presidente Michel Temer é um estímulo e um fermento a atos de corrupção neste país; é como se mostrasse que o crime compensa. Nós não temos como aceitar isso.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Ana Amélia diz que confiança na economia voltou

Já se nota a volta da confiança na recuperação da economia do país, disse Ana Amélia (PP-RS).

A senadora apontou ontem diversos sinais disso, em especial o aumento substancial no número de carteiras de trabalho assinadas em setembro, o maior dos últimos cinco anos.

Para ela, isso derruba a narrativa da oposição de que a reforma trabalhista viria a tirar direitos dos trabalhadores.

— A oposição tem o dever, sim, de fiscalizar, de criticar, de exigir explicações do governo, mas não tem o direito de destruir as coisas que estão sendo construídas com muito sacrifício pela sociedade.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Líderes definem hoje propostas que vão estar na pauta do Plenário

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, e os líderes partidários se reúnem hoje para determinar a ordem dos projetos que devem ser votados nesta semana pelo Plenário do Senado.

O primeiro item da pauta é o projeto da cessão onerosa do pré-sal, que autoriza a Petrobras a entregar a empresas privadas, nacionais ou estrangeiras, até 70% dos direitos de exploração do pré-sal na Bacia de Santos (SP).

O PLC 78/2018 está há quatro semanas pautado, porém ainda não há acordo para votação. Na semana passada,

Eunício Oliveira afirmou que estava negociando para que municípios, estados e Distrito Federal recebam parte dos recursos da exploração do petróleo da camada do pré-sal.

Além desse projeto, há outros 17 em pauta. Entre eles, está a proposta que mantém os coeficientes de distribuição do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) do exercício de 2018 até que haja um novo censo demográfico.

A intenção do PLC 124/2018 — Complementar é congelar os coeficientes usados para distribuir recursos do fundo

até a divulgação do Censo 2020 do IBGE, o que pode só ocorrer em 2021.

Royalties

Os senadores podem votar ainda o PLS 334/2017 — Complementar, que exclui as receitas de royalties do cálculo do limite das despesas com pessoal nos estados e municípios.

Por serem variáveis, as receitas provenientes da participação no resultado da exploração de petróleo, gás natural, energia e minério não deverão compor a receita corrente líquida, para fins de

apuração de limites com despesas de pessoal, conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Também está pronto para ser votado o PLS 163/2018 — Complementar, que inclui os precatórios entre as exceções de controle previstos na legislação que trata de estímulos ao equilíbrio fiscal de estados e do Distrito Federal (Lei Complementar 156, de 2016). Essa norma concedeu prazo adicional de 240 meses para o pagamento de dívidas dos estados com a União, no intuito de atenuar os efeitos da crise fiscal.

Comissão especial vota relatório do novo Código Comercial

A comissão temporária para reforma do Código Comercial vota hoje, às 14h30, o relatório de Pedro Chaves (PRB-MS). O senador é favorável, com mudanças, ao projeto de lei elaborado por uma comissão de juristas e apresentado por Renan Calheiros (MDB-AL), então presidente do Senado.

O texto (PLS 487/2013) disciplina a organização e a exploração de empresas nas áreas de direito societário, contratual, cambial e comercial marítimo.

O texto classifica como empresa a atividade econômica organizada para produção de bens e serviços e define como empresário aquele inscrito no Registro Público de Empresas.

A proposta admite o empresário individual, que poderá se inscrever por meio eletrônico. Ele deve atuar em regime fiduciário: no caso de falência, o patrimônio pessoal não pode ser usado para pagar dívidas da atividade empresarial.

Debate analisa possível retomada das obras da Transnordestina

A Comissão de Infraestrutura (CI) realiza às 9h uma audiência com autoridades do governo, da concessionária Transnordestina Logística e do Tribunal de Contas da União (TCU) para debater um projeto, apresentado pela concessionária, visando à retomada das obras de construção da ferrovia Transnordestina.

As obras estão paradas há quase dois anos, após uma fiscalização feita pelo TCU, que concluiu que “os empreendi-

mentos apresentam um alto risco de não conclusão”.

O pedido de audiência partiu de Armando Monteiro (PTB-PE). O senador argumenta que a Transnordestina Logística apresentou um orçamento atualizado das obras, novos estudos de demanda e projetos executivos de engenharia para trechos da ferrovia.

Pelo novo projeto, a obra só será concluída em 2027, exigindo um aporte adicional de R\$ 6,7 bilhões.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Telmário reprova projeto de cessão onerosa do pré-sal

O projeto que vai autorizar a Petrobras a vender até 70% do direito de exploração do pré-sal é ilegal, incoerente, insensato e imoral, disse Telmário Mota (PTB-RR).

Para o senador, os blocos de exploração que o governo Temer quer repassar às grandes petroleiras estrangeiras, pagando um mínimo de impostos, “são o filé mignon do pré-sal”. Além disso, Telmário garantiu que o projeto (PLC 78/2018) provocará grandes perdas na arrecadação.

— As perdas de arrecadação dos estados e municípios serão de R\$ 77 bilhões, somente nesses blocos da cessão onerosa.

Senado busca desburocratizar serviços públicos

Lei aprovada este ano reduz exigências de documentos e autoriza servidor público a conferir assinaturas e cópias, dispensando reconhecimento de firma e autenticações

Reportagem: Thais Böhm
 Edição: Juliana Steck

APESAR DAS MEDIDAS contra a burocracia e do incremento tecnológico dos últimos anos, a administração pública continua a exigir documentos para provar que o cidadão existe, que é ele mesmo que se apresenta, que ele cumpriu com seus deveres cívicos e que não tem antecedentes criminais.

“A dificuldade baseia-se na crença de que é mais fácil criar exigências e requisitos para a prática de qualquer ato público do que fiscalizar ou coibir eventuais desvios ou fraudes”, explica o senador Armando Monteiro (PTB-PE). Ele é o autor do PLS 214/2014, que deu origem à Lei 13.726, sancionada em outubro, conhecida como Lei da Desburocratização.

A norma simplifica atos administrativos de órgãos dos governos federal, estadual, distrital e municipal, apoiando-se em princípios de presunção de boa-fé e de veracidade. Entre as modificações, destaca-se o fim da obrigatoriedade de reconhecimento de firma em cartório e de cópia autenticada. Os servidores públicos

estão autorizados a conferir e comprovar a autenticidade das assinaturas e das reproduções.

A norma determina ainda que os órgãos da União não poderão exigir certidões ou documentos expedidos por outros órgãos públicos, com ressalva para a comprovação de antecedentes criminais.

A substituição de documentos antigos, como a certidão de nascimento pela identidade também está regulamentada. O título de eleitor só poderá ser solicitado no ato de votação ou para candidaturas políticas.

A intenção é que, com o tempo, um banco de dados com todas as informações esteja acessível pela internet.

— Eu tenho um certificado de reservista desde os 18 anos. Hoje, tenho 45 anos, sou servidor público, tirei passaporte, abri conta bancária e continuava precisando levar esse certificado para todos os lugares. Se o Estado sabe que cumpro com meus deveres, por que ainda continua exigindo? — questiona o ouvidor-geral da União, Gilberto Waller Junior.

Já o tabelião do 4º ofício de Notas do Distrito Federal, Evaldo Feitosa, diz que os casos de estelionatários tentando forjar



Antonio Anastasia (D) participou, na quinta-feira, ao lado de membros do Judiciário, de seminário sobre desburocratização

assinaturas são recorrentes. Ele defende o aspecto securitário dos cartórios, que têm responsabilidade subjetiva em casos de falsificações.

— No serviço de reconhecimento de firma está embutido o seguro social. Em caso de assinatura falsa reconhecida como da pessoa, o tabelião fica responsável e o cartório é obrigado a ressarcir quem for lesado. Esse seguro não está previsto na autorização, pela nova lei, de os servidores públicos conferirem as assinaturas — afirma.

Judicialização

“No Brasil, em vez de se colocar o falsário na cadeia, obrigam-se todas as pessoas a provar sistematicamente, com documentos, que não são desonestas”. A frase dita em 1981 pelo então ministro extraordinário para a Desburocratização, Hélio Beltrão, ainda retrata a realidade brasileira. Desde a criação do Programa Nacional de Desburocratização, em 1979, o país busca descentralizar decisões e eliminar controles excessivos.

Segundo estudo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), 33% dos trâmites realizados no Brasil encontram-se na categoria de identidade e registro civil, seguidos por procedimentos relativos a educação e saúde (19%), pagamento de impostos, seguros e pensões (9%), programas sociais (9%), veículos (9%), denúncias de delitos (3%), propriedades (3%), abertura e fechamento de empresas (2%) e outros (12%). A pesquisa mostra ainda que, no Brasil, um cidadão leva em torno de cinco horas e meia para concluir um trâmite na administração pública.

O pai da empresária Ana Luísa Machado, Antônio Ramos Machado, vendeu um carro em 2013, poucos dias antes de morrer. O comprador não transferiu o documento do



Armando Monteiro é autor da lei que busca simplificar a administração pública

veículo para o seu nome, e o Detran ainda não faz essa mudança sem a cópia do documento único de transferência (DUT) assinado, com firma reconhecida. O licenciamento e até as notificações de infrações cometidas com o veículo continuam sendo destinadas a Antônio, morto há 5 anos.

— O pessoal do Detran nos sugeriu entrar na Justiça, alegando não saber o paradeiro do veículo — conta Ana Luísa.

A solicitação, à Justiça, da resolução de problemas administrativos foi debatida no Seminário Desburocratização do Poder Judiciário, em Brasília, em 29 de novembro.

Na ocasião, o senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) mencionou os processos para concessão de tratamentos ou fornecimento de medicamentos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) como exemplo de contaminação do Judiciário pela burocracia do Executivo. Anastasia citou o relatório Justiça em Números, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), publicado em 2017, mostrando que o país lida com mais de 1,3 milhão de processos relacionados à saúde, e mais de um terço deles tem a ver com tratamentos e medicamentos.

Para o doutor em direito processual civil Luiz Rodrigues Wambier, outra dificuldade para o Judiciário é a obtenção de documentos dos órgãos públicos. Isso, na opinião dele, reflete no aumento da demanda

de ações e, consequentemente, na lentidão das decisões.

No Parlamento, medidas que facilitam a vida dos cidadãos e desafogam o Judiciário têm sido aprovadas há décadas. Em 2010, o Congresso promulgou a Emenda Constitucional 66, que acelerou e desburocratizou o processo de divórcio no Brasil. Para desfazer o matrimônio, o casal não precisa mais requerer a separação judicial e ainda esperar um ano ou comprovar que já está separado de fato por pelo menos dois anos para obter o divórcio.

Está em análise na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) o PLS 69/2016, que regulamenta essa dispensa da necessidade de juiz no pacto pós-nupcial, admitindo a mudança de regime de bens por escritura pública.

Na opinião da senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), a burocracia em excesso traz empecilhos e custa mais caro.

— Temos que ter mecanismos de fiscalização de todos os processos públicos, mas isso não significa aumentar a papelada — disse.

Medidas tomadas nos últimos anos

Passaporte	Dispensa de comprovação do recolhimento das taxas e das quitações eleitoral e de serviço militar
Documento Nacional de Identificação (DNI)	Criação do documento único
Carteira de Trabalho Digital (1ª fase)	Permissão para o trabalhador acessar informações cadastrais e contratos de trabalho
Concessão automática de benefícios de aposentadoria por idade (urbano)	Fim da exigência de o segurado comparecer a um posto de atendimento para solicitar esse tipo de aposentadoria a partir da verificação das informações nas bases do governo federal
Portal Passe Livre Interestadual	Oferta às pessoas carentes e com deficiência de acesso gratuito ao transporte coletivo interestadual por rodovia, ferrovia e barco
Implantação do Prontuário Eletrônico do Cidadão	Acesso de informações em qualquer serviço de saúde local, melhorando o atendimento do paciente e disponibilizando seu histórico médico. Atualmente, 3.663 municípios utilizam a solução
Simplifique!	Formulário eletrônico que possibilita ao usuário de serviço público solicitar e sugerir a simplificação de serviços públicos de qualquer órgão do Poder Executivo federal
INSS Digital	Disponibilização dos principais serviços por meio de plataforma unificada na internet. Será a porta de entrada para os requerimentos que demandem atendimento presencial, além das rotinas de verificação automatizada (em tempo real) do reconhecimento do direito após solicitação de benefícios pelo cidadão realizada com auxílio do Meu INSS ou da Central 135
Modernização do Diário Oficial da União	Fim da versão impressa e da disponibilização das informações em formatos variados e dados abertos
Restituição Automatizada do Simples Nacional	Possibilidade de restituição automatizada por meio do portal do Simples Nacional
eSocial	Unificação de informações referentes à escrituração das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas e padronização de sua transmissão, validação, armazenamento e distribuição

Saiba Mais

Simplifique! — Canal on-line do governo federal, de cinco estados e de 870 municípios
www.simplifique.gov.br

Lei 13.726, da desburocratização
<http://bit.ly/Lei13726de2018>

Veja todas as edições do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/especialcidadania